

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1468/XIII/3.<sup>a</sup>

### MEDIDAS URGENTES DE REFORÇO E CORREÇÃO DO FINANCIAMENTO ÀS ARTES NO ÂMBITO DOS CONCURSOS DA DIREÇÃO GERAL DAS ARTES

O financiamento de entidades independentes de criação e difusão artística através da Direção Geral das Artes é um dos mais importantes mecanismos do Estado para assegurar o direito constitucional de acesso à cultura e é decisivo para a vida cultural do país.

Permite produzir as obras de arte com as quais aprendemos sobre o mundo, que nos ficam na memória e ajudam a construir o que somos.

Permite o funcionamento das estruturas de criação espalhadas pelo país, que trabalham com crianças e jovens, que procuram novos caminhos, experimentam e reinventam linguagens, produzem qualificação e que tantas vezes aplaudimos quando lhes é reconhecido o mérito com prémios que nos enchem de orgulho.

São estas estruturas que constroem as agendas culturais do país e permitem construir uma vida cultural ativa, chave para o desenvolvimento.

O próprio Governo reconhece esta centralidade da Cultura, afirmando no seu programa de governo, que um dos quatro pontos estratégicos para o país é “Relançar o investimento na Ciência, na Inovação, na Educação, na Formação e na Cultura”. No mesmo documento lê-se que “Investir na Cultura significa, por isso, investir numa sociedade com qualificações elevadas.”, que “O governo vê a Cultura como um pilar essencial da Democracia”, e ainda “Esta prioridade política implica um compromisso de

consolidação progressiva, ao longo da legislatura, dos meios orçamentais atribuídos ao setor da Cultura.”

Infelizmente, às palavras não se têm sucedido ações certas. O governo não tem tomado as decisões necessárias para que a rede artística nacional — que garante o serviço público na cultura — recupere da hecatombe sofrida nos últimos anos.

O financiamento continua a ser insuficiente e irregular. As regras continuam a ser injustas e os processos concursais desajustados.

O Governo anunciou em 2016 a mudança do modelo dos concursos de modo a corrigir problemas bem identificados. A intenção parecia boa, o setor colaborou, as expectativas eram altas. Contudo, o resultado foi uma desilusão.

Estamos em abril e nenhuma estrutura recebeu ainda financiamento para atividades que começaram no início do ano. Além de terem de contrair dívidas e precarizar o trabalho para manterem as portas abertas, as estruturas de criação e produção artística têm hoje a vida dificultada na obtenção de outras fontes de financiamento, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, bem como em desenvolver atividades para ter receitas de bilheteira.

Quanto aos novos processos concursais importa fazer um balanço de tudo o que correu mal com a sua reformulação para que se corrijam os erros. É consensual no setor que as novas regras tornaram as candidaturas mais complicadas, burocráticas e confusas. Neste aspeto as expectativas não podiam ter sido mais defraudadas; as candidaturas de mais de 500 páginas, mudança de regras a meio do processo, ausência de um manual de utilizador para formulários complexos, regras vagas e imprecisas, são apenas alguns dos exemplos.

Para além das promessas de desburocratização não terem sido cumpridas, importa assinalar que o próprio modelo mantém problemas graves e cria novos problemas

Os concursos da Direção Geral das Artes dirigem-se, por lei, às estruturas independentes. Contudo, continuam a concorrer aos mesmos concursos estruturas de criação artística independentes e estruturas de programação da responsabilidade direta de entidades municipais, o que cria uma perversão no sistema.

Os resultados preliminares conhecidos até agora, confirmam-no. Parte das verbas destinadas a estruturas independentes são afinal atribuídas a autarquias que assim transferem para o Estado Central as obrigações de financiamento das suas próprias estruturas. Ora, isto reduz não só o financiamento global às artes, mas também a pluralidade da criação, o que, evidentemente, tem reflexos negativos no plano da fruição e do acesso à cultura.

Todos estes problemas são graves e precisam de ser corrigidos. Importa, contudo, voltar ao que realmente asfixia a cultura: o subfinanciamento.

Sobre este aspeto, olhemos para os resultados preliminares dos concursos. A repartição feita não garante uma distribuição territorial justa e deixa sem qualquer apoio várias estruturas de criação de reconhecido mérito, pondo em causa a sua continuidade.

No caso do teatro, por exemplo, em comparação com o quadriénio anterior, o número de estruturas apoiadas desce de 55 para 50. Coimbra e Évora ficam sem as principais estruturas de criação e, no Porto, os principais festivais ficam sem meios. Companhias com mais de 50 anos de trabalho, como o Teatro Experimental do Porto e o Teatro Experimental de Cascais, ficam sem apoios. Nos restantes concursos e disciplinas artísticas, o risco de encerramento de estruturas de criação e produção fundamentais é também uma realidade.

Fica assim evidente que os concursos abriram com um nível de financiamento abaixo do possível e do necessário.

Sem variedade e sem a abrangência territorial das entidades independentes de criação e difusão artística não é possível assegurar o direito constitucional de acesso à cultura.

Depois de, nos primeiros anos do governo, e com o congelamento dos concursos, o valor de apoios sustentados ter sido igual ao dos anos da troika, cerca de 11 milhões e 500 mil euros, estes 15 milhões de 2018, mesmo com o reforço anunciado de dois milhões, estão muito aquém dos valores de 2009.

Os valores de 2009 são o mínimo indispensável para se evitar a destruição do tecido artístico, muito fragilizado por uma década de austeridade. É por isso que têm de ser exigidos já para estes concursos a apoios sustentados ainda em apreciação.

Assim o exige, em unanimidade, todo o setor que, face a esta realidade, tem aumentado a intensidade dos protestos contra o subfinanciamento e contra o novo modelo de concurso. Os comunicados públicos de repúdio aos resultados, elaborados pelas mais diversas estruturas artísticas, multiplicam-se e são o espelho da desilusão das estruturas, companhias e artistas que depositaram esperanças numa mudança de paradigma que não se concretizou.

Por exemplo, numa iniciativa sem precedentes, mais de 1000 atrizes e atores subscrevem um comunicado em que referem que “Aguardámos com esperança esta nova Secretaria de Estado da Cultura. Aguardámos, na nossa precariedade, que o ano de 2017 servisse para uma remodelação efetiva dos apoios às artes. Continuámos em 2017 a mesma situação de miséria que se instalou no quadriénio anterior. E nada sabemos sobre 2018, 2019, a não ser que não temos vencimentos “por agora” (...) Após um ano de estudos dos concursos dos apoios às artes, deparamo-nos com atrasos incompreensíveis na avaliação, e conseqüentemente, na disponibilização das verbas da DGArtes.”

Os próprios júris, escolhidos pelo Governo para os presentes concursos, referem explicitamente, nas atas que já são conhecidas, que os montantes “são desajustados face à qualidade e diversidade das candidaturas”.

Por outro lado, os sinais de recuperação económica e até de menor pressão orçamental — com défices abaixo dos exigidos pelas regras do euro — confirmam que esta ínfima fatia de orçamento para a Cultura é uma escolha, e uma escolha errada, e não uma necessidade.

Ora é preciso corrigir o erro. E é possível fazê-lo desde já.

Não é possível cumprir as obrigações do Estado com a cultura com orçamentos mínimos, quase residuais.

Para que os erros de ontem e de hoje não transformem o futuro próximo numa triste reconfiguração do tecido artístico - seja por encerramento, falência ou desistência de estruturas e de criadores -, os apoios às artes nos concursos em curso devem ser reforçados, no mínimo, para o nível do financiamento de 2009.

Seja dado início, ao processo de balanço e correção dos erros do modelo de concurso em vigor, para lançar os próximos concursos em tempo adequado.

Finalmente, no Orçamento do Estado para 2019: faça-se o caminho urgente e que tanto tarda no sentido do orçamento para a cultura se aproximar do mínimo da decência mínima:1%.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- 1 - No imediato, reforce o financiamento dos concursos em apreciação neste momento para um nível mínimo não inferior ao financiamento alocado a estes concursos em 2009;
- 2 - Corrija a decisão dos júris dos concursos a apoios sustentados às artes no que for necessário para garantir que nenhuma estrutura no terreno, e em funções de serviço público desde o início do ano, seja obrigada a cessar atividade;
- 3 - Faça o necessário balanço do processo de reformulação e da aplicação do novo modelo de apoio às artes e corrija as suas distorções.

Assembleia da República, 3 de abril de 2018.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,